

06 FEV 2018

FOLHA DE S. PAULO

# Presidente do TJ diz que recebe auxílio e que valor 'é pouco'

## Ajuda para moradia é 'salário indireto', defende Manoel Calças ao assumir Tribunal de Justiça de São Paulo

**Desembargador criticou cobertura da Folha sobre o tema e afirmou que não considera antiético ter benefício**

GÉSSICA BRANDINO  
DE SÃO PAULO

Após assumir a presidência do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), nesta segunda-feira (5), o desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças disse que recebe auxílio-moradia mesmo tendo imóvel na capital e que o valor "é pouco".

"Auxílio-moradia é previsto na lei da magistratura nacional, 'ponto'", afirmou a jornalista. Ele disse também possuir "vários imóveis, não só um". Segundo levantamento da **Folha**, ele tem ao menos um imóvel nos Jardins, região nobre de São Paulo.

O desembargador disse ainda que não considera a atitude antiética, porque o auxílio funcionaria como um salário complementar. "Na verdade, o auxílio-moradia é um salário indireto", afirmou.

"Ele tem o nome de auxílio porque na Lei Orgânica da Magistratura é previsto como tal e tem uma decisão da Suprema Corte que está prevenindo para todos os juizes."

"Se ele [magistrado] quiser

[abrir mão], pode. Cada um tem que agir com a ética que entende que é adequada", disse o desembargador. Questionado se acha justo o valor do auxílio-moradia —de R\$ 4.378 mensais—, respondeu: "Eu acho muito pouco".

O magistrado também criticou reportagem da **Folha** de domingo (4) que mostrou que quase metade dos juizes da cidade de São Paulo que recebe auxílio-moradia tem casa própria na capital. O desembargador não foi citado pelo levantamento.

Calças saiu em defesa do desembargador José Antonio de Paula Santos Neto, que foi mencionado na reportagem por ter 60 imóveis registrados em seu nome e recebe o auxílio-moradia e disse que um dos imóveis mostrados na reportagem é herança de família. Ele questionou "o risco que os filhos dele vão correr depois que tiraram a foto".

O novo presidente do tribunal chamou a cobertura de abusiva, comparando-a ao caso da Escola Base, de 1994, em que os donos de uma escola particular foram injustamente acusados de pedofilia pela imprensa —depois ficou provado que eram inocentes. "Tanto o jornalista quanto o juiz tem que ter ética", disse.

Num discurso de cerca de 40 minutos, o desembargador defendeu a ética e a mo-

ralidade, citando casos de corrupção e a atuação da Operação Lava Jato.

"Impõe-se a restauração da moralidade e da legalidade, única política a ser aplicada em nossa República para se enfrentar com eficiência a corrupção instalada em todas as esferas de poder e em todos os níveis de nossa República Federativa."

Estiveram presentes os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski e Alexandre de Moraes, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o prefeito da capital, João Doria (ambos do PSDB).

### PRISÃO

Durante o evento, o novo presidente do TJ-SP defendeu ainda o cumprimento da prisão após decisão em segunda instância, tema que voltou ao debate após a confirmação da condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo TRF-4 no caso triplex.

Calças disse que no "mundo inteiro" a presunção de inocência "implica duplo grau de jurisdição", o que também se justifica pelo fato de não ser possível analisar as provas em instâncias superiores.

"Eu sou a favor de que qualquer condenado, após o duplo grau de jurisdição, comece a cumprir a pena", afirmou.

06 FEV 2018  
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



O novo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Manoel de Queiroz Calças

06 FEV 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### Dallagnol tem ajuda mesmo com casa própria

BRUNA NARCIZO  
DA COLUNA MÔNICA BERGAMO

O procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF) na Operação Lava Jato, recebe R\$ 6.659 de verbas indenizatórias por mês. Esse tipo de benefício, que inclui auxílios-alimentação, transporte e moradia, não está sujeito ao teto constitucional. Desse valor, R\$ 4.377 são ajuda para morar.

Segundo a assessoria do MPF, o procurador possui imóvel próprio em Curitiba, onde mora. A assessoria afirma que o pagamento do benefício está “amparado em uma liminar e em regulamentações internas que não trazem entre as vedações o fato de a pessoa possuir imóvel”.

O restante do pagamento é composto por R\$ 884 de auxílio-alimentação e R\$ 1.398 de auxílio-pré-escola — o MPF paga R\$ 699 por filho de até seis anos para todos os membros e servidores.

Dallagnol também chegou a comprar dois apartamentos em um prédio do Minha Casa, Minha Vida. Os imóveis foram comprados à vista, sem financiamento do programa.

“A lei orgânica da magistratura diz que o auxílio-moradia é devido a todos os membros que não têm imóvel funcional disponível”, afirma José Robalinho, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República. Para ele, não há nenhuma irregularidade no pagamento feito a Dallagnol.

Reportagem da Folha revelou que o juiz Sergio Moro também recebe auxílio-moradia apesar de possuir imóvel próprio em Curitiba. Ele disse que o benefício “compensa a falta de reajuste dos vencimentos” de magistrados.

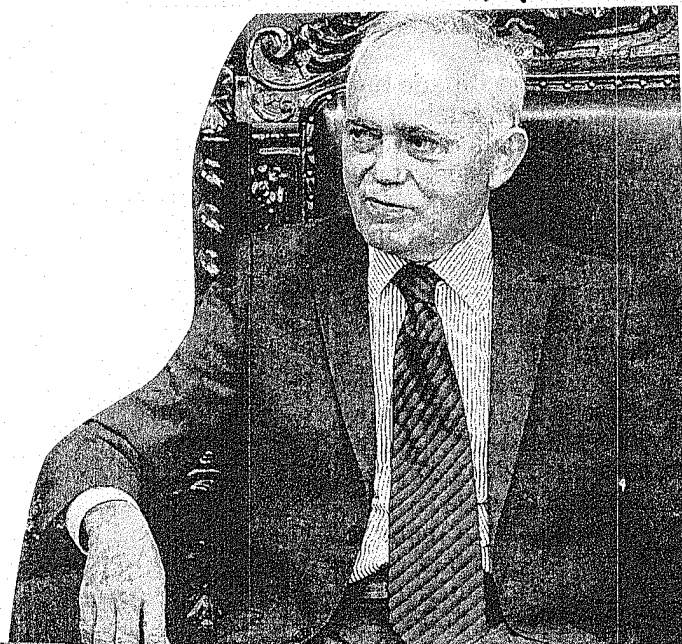
Segundo a ONG Contas Abertas, desde 2014 já foram empenhados R\$ 5,4 bilhões com o benefício para membros do Judiciário e do Ministério Público em todo o país.

06 FEV 2018

FOLHA DE S. PAULO

# Mesmo com imóvel, cúpula de órgãos de controle tem auxílio

Integrantes dos comandos de PGR e TCU recebem  
verba mensal de R\$ 4.378



O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Raimundo Carreiro

Estão nessa situação  
3 dos 9 ministros do  
tribunal de contas e dez  
membros com cargo de  
chefia na Procuradoria

CONTINUA

RANIER BRAGON  
CAMILA MATTOSO  
DE BRASÍLIA

Integrantes da cúpula da PGR (Procuradoria-Geral da República) e ministros do TCU (Tribunal de Contas da União), órgãos de controle e fiscalização, recebem auxílio-moradia dos cofres públicos mesmo tendo imóvel próprio no Distrito Federal, onde trabalham.

Segundo levantamento feito pela **Folha** em cartórios e contracheques, eles recebem a ajuda extra de R\$ 4.378 por mês, além do salário, sendo que alguns têm até mais de uma casa na capital federal.

No TCU, três de nove ministros ganham o benefício mesmo tendo propriedade em Brasília. Na PGR, são dez membros da atual cúpula que estão na mesma situação.

O levantamento considerou subprocuradores-gerais da República, além da atual procuradora-geral, Raquel Dodge, e de seus dois vices.

Procurados via assessoria dos órgãos, procuradores e ministros não se manifestaram. Tanto PGR quanto TCU dizem que os pagamentos seguem a lei (leia abaixo).

Entre os beneficiados estão o presidente do TCU, Raimundo Carreiro, o vice-procurador-geral eleitoral da Procuradoria, Humberto Jacques de Medeiros, e outros subprocuradores, como Ela Wiecko, Geraldo Brindeiro e Nicolao Dino, que disputou a vaga de sucessor de Rodrigo Janot, procurador-geral até setembro do ano passado.

Medeiros, por exemplo, tem em seu nome três apartamentos em Brasília. Carreiro é proprietário de duas quitinetes e de um apartamento.

Apenas um dos nove ministros do TCU não utiliza nenhum tipo de ajuda, por ser casado com uma ministra do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que já é favorecida pela verba. Além dos três que têm auxílio-moradia, outros cinco ocupam imóveis funcionais.

O TCU é órgão auxiliar do Congresso no controle externo do governo federal e, segundo a própria instituição, tem a missão de ser “ser referência na promoção de uma administração pública efetiva, ética, ágil e responsável”.

A PGR representa a cúpula do Ministério Público, instituição definida na Constituição como “essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.”

Reportagens da **Folha** nos últimos dias têm mostrado que pagar auxílio-moradia a beneficiados que têm imóvel próprio ou patrimônio elevado é uma prática no Judiciário, Executivo e Legislativo.

Na cúpula do Judiciário, 26 ministros do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho e do Superior Tribunal Militar fazem parte da lista.

Em São Paulo, quase metade dos juizes que recebem auxílio-moradia têm propriedades na capital paulista. Um deles, o campeão, tem 60 imóveis em seu nome.

No Executivo, ministros milionários do governo Michel Temer recebem ajuda para morar e para comer.

### DESISTÊNCIA

Até agosto do ano passado, Raquel Dodge também era uma das beneficiárias do auxílio-moradia. Antes de assumir a cadeira de procurador-geral, no entanto, solicitou a suspensão.

Em seu pedido para abrir mão, ela disse não ter problema com a ajuda pública aos colegas procuradores.

Segundo a ONG Contas Abertas, a estimativa de gastos com o auxílio-moradia no Judiciário e Ministério Público em todo o país soma R\$ 5 bilhões desde 2014.

**CONTINUA**

06 FEV 2018

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### TELHADO DE VIDRO

Integrantes de órgãos de controle recebem auxílio-moradia com imóvel próprio

	CARGO	AUXÍLIO-MORADIA	IMÓVEL PRÓPRIO EM BRASÍLIA	
<b>Tribunal de Contas da União (TCU)</b>				
	Benjamin Zymler	Ministro	R\$ 4.377,73	Chácara
	Augusto Nardes	Ministro	R\$ 4.377,73	Apartamento
	Raimundo Carreiro	Ministro	R\$ 4.377,73	1 apartamento e 2 quitinetes
<b>Procuradoria-Geral da República (PGR)</b>				
	Humberto Jacques de Medeiros	Vice-procurador-geral Eleitoral	R\$ 4.377,73	3 apartamentos
	Antônio Carlos Fonseca da Silva	subprocurador	R\$ 4.377,73	1 propriedade no Lago Sul
	Aurélio Virgílio Veiga Rios	subprocurador	R\$ 4.377,73	1 apartamento e 1 lote
	Déborah M. Duprat de Britto Pereira	subprocurador	R\$ 4.377,73	1 casa e 2 apartamentos
	Ela Wiecko Volkmer de Castilho	subprocurador	R\$ 4.377,73	1 casa
	Geraldo Brindeiro	subprocurador	R\$ 4.377,73	1 apartamento, 1 casa e 1 lote
	José Bonifácio Borges de Andrada	subprocurador	R\$ 4.377,73	1 casa
	José Flaubert Machado Araujo	subprocurador	R\$ 4.377,73	1 casa
	Maria Eliane Menezes de Farias	subprocurador	R\$ 4.377,73	1 casa
	Nicolao Dino de Castro e Costa Neto	subprocurador	R\$ 4.377,73	1 casa e 1 apartamento

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

> OUTRO LADO <

06 FEV 2018

FOLHA DE S. PAULO

## 'Querem enfraquecer magistratura e procuradores', afirma representante

As assessorias de imprensa da PGR e do TCU afirmaram que procuradores e ministros não se manifestariam sobre o assunto.

A **Folha** solicitou o posicionamento para quatro perguntas a cada um dos citados na reportagem: se considera adequado o recebimento do benefício mesmo tendo imóvel, se acha compatível obtê-lo na condição de integrante da cúpula de um órgão de controle de gastos públicos, qual destinação dá ao dinheiro e qual a posição sobre o assunto (se defenderia a manutenção ou o fim do benefício)

Os dois órgãos disseram, de forma genérica, que os pagamentos do benefício seguem a lei, que não traz vedação para a situação mencionada na reportagem — de o favorecido ter imóvel próprio no local em que trabalha e mesmo assim receber ajuda.

O presidente da ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República), José Robalinho, defendeu a prática e disse ver um “barulho excessivo” na temática do auxílio-moradia. Ele também afirmou que reportagens que tratam do assunto são uma forma de “enfraquecer a magistratura e o Ministério Público”.

Robalinho afirmou que procuradores são beneficiados pelo auxílio-moradia antes mesmo das liminares do ministro do STF Luiz Fux (que em 2014 estendeu o pagamento a toda a magistratura) e disse que, se a lei mudar, a Procuradoria a seguirá. (RB E CM)

# FOLHA DE S. PAULO

NABIL BONDUKI

## Exemplo de desigualdade

06 FEV 2018

Pouco importa se o magistrado exerce ou não sua atividade no mesmo município onde vivia antes de prestar concurso ou onde vive sua família. Se não tem moradia própria ou se é proprietário de um, de dez ou de 60 imóveis. Se a esposa e o marido gozam ou não das mesmas prerrogativas.

São questões irrelevantes frente ao principal: nada justifica que qualquer servidor, com altos salários, estabilidade de emprego e aposentadoria integral, receba R\$ 4.378 de auxílio-moradia como um acréscimo à sua remuneração mensal.

Essa e outras inúmeras verbas indenizatórias (sobre as quais não incidem impostos nem encargos previdenciários) são meros subterfúgios formais e semânticos para burlar o teto salarial dos servidores públicos, fixado em R\$ 33,8 mil. São, portanto, inconstitucionais e precisam ser abolidas integralmente.

O teto, fixado no artigo 37, inciso 11, da Constituição, é suficiente para uma família viver e morar bem, obviamente sem a pornográfica ostentação da elite econômica brasileira. Permite alugar ou adquirir, com folga, uma moradia digna, mesmo nos municípios onde os imóveis são mais caros.

Apenas a escandalosa desigualdade da sociedade brasileira, uma das maiores do mundo, explica a existência desse subsídio habitacional, permanente e vitalício, para os membros de uma categoria de renda elevada. Benefício que custará ao contribuinte, neste ano, nada menos que R\$ 831 milhões.

No Brasil, as necessidades habitacionais estão concentradas na baixa renda. Como mostrou o PlanHab (Plano Nacional de Habitação), cerca de 7,9 milhões de famílias coabitam a mesma casa de parentes ou vivem em moradias imprestáveis, enquanto que 3,2 milhões moram em assentamentos precários e 9,8 milhões têm deficiência de infraestrutura urbana.

O PlanHab propôs orientar o subsídio habitacional para esses segmentos, que constituem a faixa um do Programa Minha Casa Minha Vida. Entre 2009 e 2014, foram contratadas uma média de 268 mil unidades por ano, mas, desde 2015, o ajuste fiscal tem reduzido drasticamente esse subsídio.

Em 2017, cerca de R\$ 4 bilhões dos recursos previstos para a faixa 1 (56%) foram contingenciados e quase nada foi contratado para os mais necessitados. Os R\$ 831 milhões anuais do auxílio-moradia não resolveriam a escassez de recursos para habitação, mas contribuiriam para um novo equacionamento do problema.

Combater a desigualdade de renda e os privilégios presentes no Brasil é uma tese que quase todos defendem na teoria, mas que poucos colocam em prática. Extinguir o auxílio-moradia é uma oportunidade para dar um pequeno passo nesse sentido, que exige iniciativas muito mais expressivas, como uma efetiva reforma tributária.



06 FEV 2018

FOLHA DE S. PAULO

# Inquérito sobre Jucá prescreve e é arquivado

Investigação estava no STF desde 2003; senador era acusado de desviar recursos federais destinados a Cantá (RR)

**Defesa afirma que arquivamento não se deu apenas pela prescrição, mas também por falta de provas**

O ministro Marco Aurélio, do STF (Supremo Tribunal Federal), arquivou um dos inquéritos abertos pela corte para investigar o senador Romero Jucá (MDB-RR). A investigação, iniciada após denúncia de 2002, estava no Supremo desde setembro de 2003.

Jucá era investigado nesse inquérito por supostos desvios de recursos federais destinados ao município de Cantá (RR). Os desvios teriam ocorrido em 1999, 2000 e 2001.

A decisão de arquivar, da última quarta-feira (31), atendeu a um pedido da procuradora-geral, Raquel Dodge, que apontou que o suposto crime de corrupção passiva prescreveu no ano passado, além de não terem sido encontradas provas contra o senador.

Segundo a decisão de Marco Aurélio, observado o Código de Processo Penal, delitos cuja pena máxima é de 12 anos prescrevem em 16 anos, o que "seguramente veio a incidir transcorridos mais de 17 anos".

"O titular da ação penal [o Ministério Público Federal] preconiza o arquivamento do inquérito, apontando ausentes indícios de que o senador da República Romero Jucá Filho haja concorrido para o cometimento de crime", escreveu o ministro na decisão.

A investigação foi aberta após denúncia da Central dos Assentados de Roraima levada ao Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Foi entregue uma fita cassete com gravação ambiental na qual o então prefeito de Cantá dizia receber comissões de 10% do valor de toda obra realizada na cidade e aludia a Jucá.

## OUTRO LADO

O advogado de Jucá, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, disse que esse foi um "caso típico de abuso da investigação" e ressaltou que o arquivamento não se deu apenas por prescrição, mas também por falta de provas.

"Quebraram o sigilo bancário dele, não apareceu nada. O Estado tem o direito de investigar qualquer pessoa, mas tem que ter responsabilidade e tem que ter limite, não pode ser indefinidamente", disse.

Segundo Kakay, a gravação que originou a apuração não citava nominalmente o senador. O inquérito foi desmembrado em 2013 e a parte relativa ao prefeito já havia sido arquivada. Para o advogado, a investigação gerou "uma movimentação caríssima da máquina estatal" sem resultados. "Esse arquivamento deveria ter se dado 10 ou 12 anos atrás", disse.

06 FEV 2018

## FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

### Sob nova direção

O inquérito que apura relatos de delatores da Odebrecht de que os ministros Moreira Franco (Secretaria de Governo) e Eliseu Padilha (Casa Civil) atuaram na arrecadação de recursos de caixa dois para o MDB e intermediaram interesses do grupo na Secretaria de Aviação Civil vai sair das mãos de Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF. Por decisão do próprio ministro, o processo será redistribuído. Ele entendeu que os fatos não têm vínculo com a operação que está sob sua batuta.

**Alhos e bugalhos** A decisão de Fachin, publicada na última quinta (1º), atendeu a um pedido da defesa do ex-deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ), que também é citado na ação.

**Mudei de ideia** Os advogados de Eliseu Padilha fizeram a mesma solicitação em junho do ano passado. Na ocasião, Fachin negou. Desta vez, o ministro disse que, “melhor confrontando o objeto da petição”, entendeu que a alegação de ausência de vínculo entre as acusações e a Lava Jato — desvios na Petrobras — era correta.

**Outro destino** Fachin encaminhou o caso à presidência do Supremo para que um novo relator seja sorteado. Em consequência, réus que eventualmente sejam baixados à primeira instância estarão fora das mãos do juiz Sergio Moro.

# FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

## Em defesa do salário

**SÃO PAULO**-Um dos momentos decisivos da história é o da criação do dinheiro. Partindo de miçangas e metais coloridos, desenvolvemos uma realidade imaginária, abstrata, que funciona como meio de troca universal, com o qual todos os membros de uma sociedade podem intercambiar as coisas que produzem e os serviços que prestam por aqueles de que têm necessidade.

Nos tempos do escambo, um fabricante de tachinhas que desejasse um filé-mignon precisaria encontrar um açougueiro que estivesse em busca de tachinhas naquele momento. Ou seja, teria grande chance de morrer de fome, o que teria nos condenado a um mundo sem tachinhas e outras inovações relevantes, mas não indispensáveis.

Mais do que isso, a moeda, por ter expressão numérica objetiva, permite que informações importantes encapsuladas em preços e salários sejam comparáveis e circulem de forma relativamente transparente. Se o preço do tomate sobe, eu me livro dos meus depreciados pés de jiló e passo a plantar tomateiros. Se o salário de juiz fica atraente, convengo meu filho a prestar vestibular para direito.

Assim, não surpreende que o dinheiro tenha sido adotado quase universalmente. No serviço público, porém, encontramos focos de resistência à transparente objetividade da moeda. Eles assumem a forma de mordomias, auxílios e outros penduricalhos, que escondem vantagens que deveriam estar claramente expressas no salário pago às autoridades. Adquirem, assim, um caráter bem antirrepublicano.

O ideal seria acabar com o máximo possível dessas mamatas, incluindo verbas de gabinete parlamentares e auxílios-moradia judiciais, e computar todos os benefícios como salário, sujeito ao teto e ao fisco. Fazê-lo nem é tão exótico assim. Basta lembrar que, nos EUA, tirando banquetes oficiais, o presidente paga do próprio bolso por todas as refeições que faz na Casa Branca.

06 FEV 2018

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BIRRAMO

## CÂMERA LENTA

A presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Cármen Lúcia, recebeu em agosto um estudo do corregedor do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), João Otávio de Noronha, para barrar a criação de “penduricalhos” semelhantes ao auxílio-moradia. O projeto até agora não saiu do papel.

### PLANILHA

Depois de um certo período, a ministra tomou uma providência: criou uma comissão para estudar o estudo feito por Noronha.

### EU APROVO

A proposta prevê a padronização das folhas de pagamento de todos os tribunais do país, estabelecendo rubricas e nomes iguais para os benefícios já existentes. Qualquer novo penduricalho, a partir daí, seria comunicado ao CNJ. E teria que ser previamente aprovado.

### FÉRIAS

O procurador Deltan Dalagnol, coordenador da força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF) na Operação Lava Jato, suspendeu o atendimento à imprensa desde o começo deste ano. Dalagnol só deve voltar a responder aos questionamentos dos jornalistas depois do Carnaval, de acordo com a assessoria do órgão.

06 FEV 2018

## PAINEL DO LEITOR

### Auxílio-moradia

Os auxílios penduricalhos nos salários de parlamentares e juízes podem até ser legais, mas são de uma imoralidade acintosa (“Congressistas têm imóvel e auxílio-moradia”, “Poder”, 5/2). Além do mais, o exercício do mandato é um ônus público, e não um meio de enriquecimento às custas de trabalhadores mais preparados e mal-remunerados.

JULIANA FAJARDO SILVEIRA (Juiz de Fora, MG)

Em países civilizados, a opção pela carreira pública afasta a pessoa da pobreza e, também, da riqueza. No Brasil, ao contrário, é natural que servidores desfrutem de benesses próprias da iniciativa privada, às custas do contribuinte (“Privilegios da casta”, “Editoriais”, 5/2).

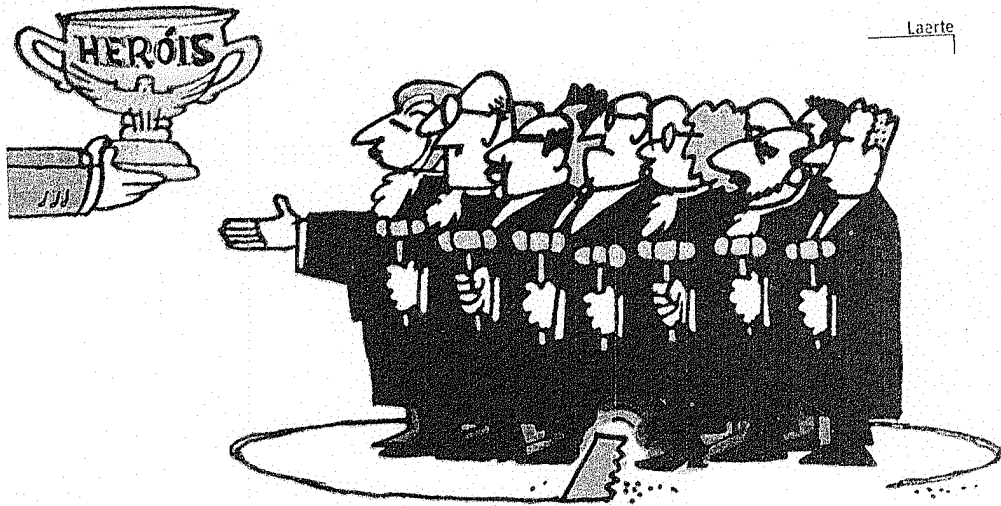
CIRILO AUGUSTO VARGAS (Belo Horizonte, MG)

O auxílio-moradia fere os princípios da moralidade e da razoabilidade. E, se é para complementar salários, por si só já altíssimos, aí é desvio de finalidade

MARIA EFICÊNIA BITENCOURT TEOBALDO  
(Belo Horizonte, MG)

06 FEV 2018

FOLHA DE S. PAULO



06 FEV 2018

FOLHA DE S. PAULO

# Documento digital com RG, CPF e título deve sair até julho

Governo lançou sistema que ficará em testes nos próximos meses; inclusão de carteira de habilitação é alvo de estudo

**Registro poderá ser baixado por aplicativo em celulares e tablets, e cidadão precisará cadastrá-lo em TRE**

GUSTAVO URIBE  
BRASÍLIA

O presidente Michel Temer (MDB) assinou decreto nesta segunda-feira (5) para a criação de um sistema de identificação pessoal que visa reunir diferentes documentos em um só —e de maneira digital.

A proposta do DNI (Documento Nacional de Identificação) é dispensar a utilização individual de RG, título de eleitor, CPF (Cadastro de Pessoa Física) e das certidões de nascimento e de casamento.

O governo diz que todos os cidadãos brasileiros deverão ter acesso ao documento a partir de julho deste ano, após uma série de testes.

Ele também estuda a possibilidade de incluir a CNH

(Carteira Nacional de Habilitação) nesse sistema.

O documento digital terá validade no território nacional inteiro e poderá ser obtido por meio de aplicativo gratuito em celulares e tablets.

Após baixá-lo no aparelho, o cidadão precisará cadastrá-lo em um TRE (Tribunal Regional Eleitoral), onde registrará a sua biometria e validará o novo documento.

A versão piloto do novo documento começou a funcionar nesta segunda, mas só para servidores do Ministério do Planejamento e do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

A identificação será integrada ao banco de dados do Brasil Cidadão, portal de serviços do governo federal.

Em cerimônia de assinatura, Temer defendeu a iniciativa como forma de dispensar a utilização de papel e diminuir a burocracia para a apresentação de documentos no país.

“O documento também será sinônimo de segurança. Em um país com as dimen-

sões do Brasil, a implementação é complexa, mas estão todos empenhados em torná-la realidade”, afirmou.

No evento, Temer anunciou o acesso à carteira de trabalho a refugiados estrangeiros. Segundo ele, a ideia é que, a partir de agora, o solicitante da condição de refugiado receba o documento e a possibilidade de fazer CPF e abrir conta bancária.

Na mesma cerimônia, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, defendeu que a medida é uma maneira de facilitar o acesso aos serviços públicos a refugiados de outros países.

Segundo ela, a criação do documento fortalece a inclusão social de uma população contra a qual há “graves ocorrências” de episódio de xenofobia e de trabalho escravo.

Ela ressaltou que há 92 mil estrangeiros com solicitações ativas de refúgio no Brasil. “O migrante só recebia um protocolo, mas não tinha direito a uma identificação civil.”

CONTINUA

06 FEV 2018

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

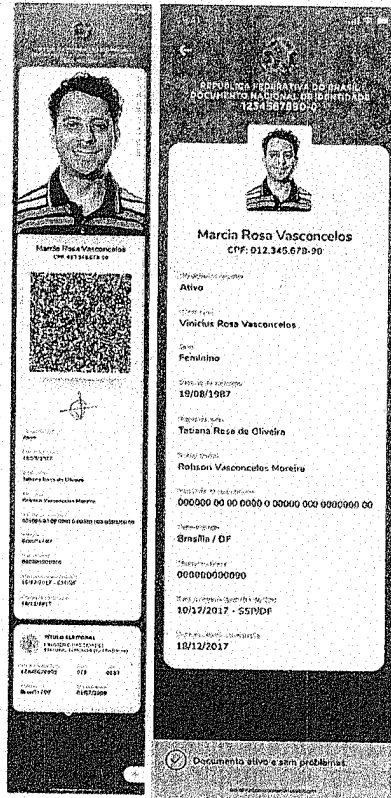
### DOCUMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

Entenda o que é o registro unificado

**O que é?**  
O DNI é uma identidade digital, com validade em todo território nacional, que substituirá o RG, o CPF, o título de eleitor e as certidões de nascimento e de casamento. No futuro, ele poderá incluir também a CNH

**Quando funcionará?**  
O aplicativo digital está disponível atualmente apenas em **versão teste** para funcionários do Ministério do Planejamento e do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). A meta é que todos os cidadãos brasileiros tenham acesso ao documento a partir de julho deste ano

**Como usar?**  
O documento funcionará por QR-Code, um código de barras bidimensional que pode ser escaneado e identificado. Para a segurança dos usuários, ele será alterado a cada vez que o aplicativo for aberto. A identidade digital também terá uma marca d'água com dia e hora de acesso, evitando que um print da tela seja usado de maneira fraudulenta



**Como obtê-lo?**  
O cidadão terá de baixar um aplicativo gratuito chamado "DNI", disponível para smartphones e tablets nas plataformas Android e iOS. Após o cadastro no programa, terá de validá-lo na Justiça Eleitoral, em pontos de atendimento sugeridos pelo próprio aplicativo. O documento digital poderá ser utilizado apenas por quem fez o cadastramento biométrico

### Passaporte em cartório começa em março no DF

BRASÍLIA

O serviço de emissão de passaportes por meio dos cartórios de registro civil vai começar em março com um projeto-piloto no Distrito Federal, de acordo com Arion Toledo Cavaleiro Júnior, presidente da Arpen-Brasil (Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais).

No dia 26, o Conselho Nacional de Justiça regulamentou o serviço, que vai ser prestado por meio de convênio entre os cartórios e a Polícia Federal.

Segundo Cavaleiro, o objetivo é dar maior capilaridade ao serviço, evitando que pessoas que moram em cidades onde não há unidade da PF tenham que se deslocar duas vezes, uma para dar entrada na documentação e coletar os dados biométricos e outra para retirar o passaporte.

A expectativa, segundo ele, é que o piloto dure 30 dias e, depois, seja expandido para outros Estados. Os cartórios de cada localidade poderão decidir se querem prestar o serviço.

As pessoas pagarão uma taxa que ainda será fixada. A entidade não informou quanto custará, mas a reportagem apurou que deve girar em torno de R\$ 50.

(REYNALDO TUROLLO JR.)

# FOLHA DE S. PAULO

LEANDRO RESENDE E HELLEN GUIMARÃES

AGÊNCIA LUPA

06 FEV 2018

## Gleisi diz que TRF-4 gastou R\$14 mi em publicidade em 2017. Será?

**“É um absurdo o TRF-4 ter gasto R\$ 14 milhões em publicidade e comunicação em 2017”**

**SENADORA GLEISI HOFFMANN, PRESIDENTE DO PT, À FOLHA EM 28. JAN. 2018**

**EXAGERADO** Em 2017, o TRF-4 gastou R\$ 573,1 mil em serviços de publicidade. O valor foi levantado pela ONG Contas Abertas e consiste no total de despesas do órgão com “material para divulgação, serviços de comunicação em geral e serviços de publicidade legal”. Procurado para comentar, o PT encaminhou três tabelas extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e explicou que as somou para alcançar o total citado por Gleisi. Entre elas estavam as rubricas “produções jornalísticas” e “serviços de áudio, vídeo e foto”. O Contas Abertas explicou, no entanto, que ao fazer o cálculo dessa forma, o partido somou várias vezes os mesmos valores. O TRF-4 detalhou os gastos de 2017 com “material para divulgação, serviços de comunicação em geral e serviços de publicidade legal”. O maior deles foi com os Correios (R\$ 514,4 mil). O Fundo de Imprensa Nacional recebeu R\$ 46 mil, e a empresa RBS, que controla o jornal “Zero Hora”, R\$ 7.700. O PT declinou de comentar pela segunda vez.

**“A vacina da febre amarela está faltando porque o Temer cortou o orçamento”**

**SENADORA GLEISI HOFFMANN, PRESIDENTE DO PT, NO TWITTER, EM 28. JAN. 2018**

**AI NDA É CÉDO PARADIZER** O Ministério Público de São Paulo instaurou um inquérito para investigar possível falta de vacina de febre amarela e apurar eventuais responsabilidades da prefeitura e do governo estadual.

Mas ainda não há conclusões sobre isso. Levantamento feito pelo jornal “O Globo” no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do governo constatou, por sua vez, que, em relação a 2016, houve um contingenciamento de 33% nos repasses federais para tratar emergências epidemiológicas. No início do ano, o Ministério da Saúde anunciou uma campanha de vacinação, com doses fracionadas, para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. O ministro da Saúde, Ricardo Barros, já afirmou que “não se trata de falta de vacinas”, mas da necessidade de “manter um estoque estratégico” ante novos focos da doença. A medida está de acordo com a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS).

**“Léo Pinheiro teve a pena bem reduzida pelo dr. Gebran [juiz do TRF-4]”**

**SENADORA GLEISI HOFFMANN, PRESIDENTE DO PT, NO TWITTER, EM 24. JAN. 2018**

**VERDADEIRO** No dia em que o TRF-4 aumentou a pena do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, analisou recursos apresentados por outros seis réus. Entre eles, Léo Pinheiro. O ex-presidente da OAS tinha sido condenado pelo juiz Sergio Moro a 10 anos e 8 meses de prisão, sendo 2 anos e meio em regime fechado, mas teve a pena reduzida para cerca de um terço. O desembargador Gebran Neto determinou que o executivo cumprisse 3 anos, 6 meses e 20 dias em regime semiaberto. A indenização devida também caiu. Em primeira instância, Pinheiro foi condenado a pagar 210 dias-multa. Agora, são 70 dias-multa. Cada dia-multa equivale a cinco salários mínimos vigentes na data do último fato criminoso.



06 FEV 2018

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# TJ-DF mantém partilha de bens mesmo sem pagamento de impostos

A partilha de bens decorrentes de herança pode ser homologada mesmo antes de o fisco analisar a regularidade tributária, nos casos amigáveis. Com esse entendimento, a 2ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal reconheceu partilha apurada em processo de inventário mesmo sem que os herdeiros comprovassem quitação de tributos junto à Secretaria de Fazenda do DF.

O governo distrital queria derrubar a homologação em primeira instância, argumentando que geraria risco de grave dano aos cofres públicos. Segundo o fisco, a legislação proíbe o encerramento do processo de sucessão sem a prova da quitação das obrigações.

O relator, desembargador João Egmont, afirmou que existem diversos procedimentos de sucessão. No caso,

tratava-se de arrolamento sumário, utilizado nos casos de partilha amigável para dar celeridade ao processo e amenizar a dor da família, com divisão dos bens da forma mais célere possível.

Nessa situação, de acordo com Egmont, o novo Código de Processo Civil diz que não é necessário verificar a regularidade tributária por parte do Fisco antes da homologação da partilha.

## Mulher deve indenizar ex-marido por enganá-lo sobre paternidade

Mentir sobre paternidade de filho gera indenização por danos morais a quem acreditou durante anos ter relação biológica com a criança. O entendimento foi firmado pela 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo ao determinar que uma mulher indenize o ex-marido em R\$ 30 mil por não esclarecer verdadeira paternidade de filho.

Segundo o processo, o casal se separou logo após o nascimento do bebê. Quinze anos depois, em discussões sobre o pagamento da pensão alimentícia, o ex-marido teve dúvidas sobre a real paternidade e moveu ação de investigação. O resultado do exame de DNA concluiu que o filho não era dele.

A mulher, por sua vez,

afirmou que o ex-marido não dava atenção a ela e que a carência afetiva a levou a se relacionar em uma única oportunidade com outro homem. Ela disse ainda que, até o resultado do exame, tinha certeza de que o filho era do então marido.

“Não está aqui a se tratar de discussão acerca dos efeitos morais decorrentes de confessado adultério, mas sim da falsa atribuição de paternidade por parte daquele que detinha condições de evitar tal ocorrência”, disse o relator da apelação, desembargador Rui Cascardi.

O julgamento teve votação unânime e também contou com a participação dos desembargadores Francisco Loureiro e Christine Santini. O acórdão e o número do processo não foram divulgados.

06 FEV 2018

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Item de bagagem, notebook de passageiro não pode ser retido pela Receita Federal

**A** Receita Federal não pode apreender notebook de uso pessoal quando viajante volta do exterior, mesmo sem nota fiscal, porque o item faz parte da bagagem, sem apresentar finalidade comercial. Assim entendeu a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região ao declarar nula uma apreensão e determinar que o fisco libere o equipamento à dona.

A União alegou que toda mercadoria importada sem guia de importação configura

dano ao erário, implicando pena de perdimento. O juízo de primeiro grau rejeitou os argumentos.

Segundo o relator do caso no TRF-1, juiz federal convocado Clodomir Sebastião Reis, o artigo 155 do Decreto 6.759/2009 considera bagagem os bens novos ou usados que um viajante pode destinar ao seu uso, consumo pessoal ou para presentear, desde que sua quantidade, natureza ou variedade não indiquem que a importação é feita com fins comerciais ou

industriais.

“A apreensão de um notebook, que se encaixa como bagagem, mais precisamente como bem de caráter manifestamente pessoal, não implica na aplicação da pena de perdimento, e nem na cobrança de tributo”, afirmou Reis.

O mesmo conceito aplica-se à presença na bagagem de uma máquina fotográfica, um relógio de pulso e um telefone celular usados que o viajante porte no momento do desembarque.

## STF abre ano judiciário com pautas sensíveis à espera de definição

A abertura do ano judiciário no Supremo Tribunal Federal dá início a um período em que a corte terá de enfrentar diversas questões espinhosas, de aborto e drogas à validade do auxílio-moradia a integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Nova análise sobre ICMS no PIS e na Confins, competência para fechar delação premiada e possibilidade

de candidaturas avulsas em ano eleitoral também devem ser apreciados. Só contra a reforma trabalhista, o STF já recebeu 16 ações diretas de inconstitucionalidade.

Dentre as matérias constitucionais criminais, uma das mais importantes envolve nova rodada de análise sobre a execução antecipada da pena criminal após a decisão colegiada de segunda

instância.

Estão pendentes o julgamento de mérito de duas ações declaratórias de constitucionalidade propostas pelo Partido Ecológico Nacional — atual Patriota — e pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (ADCs 43 e 44, respectivamente), que discutem qual o momento mais adequado para prender um réu.

06 FEV 2018

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### **PGR pede ao STF para derrubar impressão de votos nas urnas eletrônicas**

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, entrou ontem com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar a obrigatoriedade do voto impresso em parte das urnas eletrônicas nas eleições de outubro. Para a procuradora, a impressão do voto ofende o princípio constitucional do sigilo do voto.

Nas eleições deste ano, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve usar em torno de 30 mil urnas com impressora. A impressão foi aprovada no Congresso em 2016 e prevê a continuidade da votação por meio da urna eletrônica, mas com a impressão de um boletim dos votos computados, que serão colocados em uma urna física lacrada, para que possam ser auditados. O comprovante não será dado ao eleitor. O custo total de implantação das impressoras em todas as urnas do país é de R\$ 1,8 bilhão.

### **Aécio pede mais prazo em inquérito que tramita no STF**

*Amanda Pupo e Rafael Moraes  
Moura (AE)*

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) mais prazo para apresentar sua resposta em inquérito que o investiga pelos supostos crimes de corrupção passiva e obstrução de Justiça, instaurado em maio de 2017, com base na delação da JBS.

O pedido foi feito ao ministro Marco Aurélio de Mello, relator do inquérito na Corte. "Aécio Neves da Cunha, por seus advogados, nos autos do Inquérito supramencionado, respeitosamente vem à presença de Vossa Excelência requerer a concessão de prazo em dobro para apresentação de Resposta, nos termos do art. 229 do CPC c.c. o art. 3º do CPP", pede a defesa

06 FEV 2018

FOLHA DE LONDRINA

# Após um ano do acidente, caso de ciclista atropelado tem 1ª audiência

Jovem morreu em grave acidente na avenida Leste-Oeste, em janeiro de 2017; nova sessão está marcada para março

Pedro Marconi  
*Reportagem Local*

A primeira audiência do caso do ciclista João Pedro Rodrigues da Silva, 18, que morreu após ser atropelado no dia 22 de janeiro de 2017, na avenida Leste-Oeste, em Londrina, foi realizada na tarde desta segunda-feira (5), na 1ª Vara Criminal de Londrina. Na época, o motorista acusado de ser o responsável pelo acidente foi preso em casa horas depois, pois não teria parado para prestar socorro. Atualmente ele é monitorado por tornozeleira eletrônica.

Três testemunhas de acusação arroladas no processo foram ouvidas pela juíza Elizabeth Kather. São dois policiais que atenderam a ocorrência e um primo da vítima, que acompanhou a situação desde o início. Uma nova audiência foi marcada para o dia 12 de março, às 13h, no mesmo local. Nesta nova sessão serão indagadas pela magistrada mais duas testemunhas de acusação.

Na audiência desta segunda, cerca de 15 pessoas, entre familiares e amigos de Silva, estiveram no Fórum com camisetas que estampavam a imagem do jovem. Eles cobram agilidade da Justiça e que o condutor acusado seja preso. "Queremos que ele tire a tornozeleira e vá para atrás das grades. O sentimento de dor é constante e ainda não digeri o porquê de meu irmão ter morrido", lamentou Bibiana Baggio, irmã da vítima. "Ninguém merece isso e a demora só faz aumentar a angústia", acrescentou.

A advogada Kaune Guerra Mazzia, que defende Marcos Gelinski, afirmou que irá esperar o resultado das audiências e que não iria se manifestar. O promotor Ricardo Alves Domingues, que ofereceu a denúncia, preferiu não se pronunciar na fase de instrução e ainda aguardava que os depoimentos desta primeira audiência fossem somados ao processo.

## CASO

João Pedro Rodrigues da Silva estava indo de bicicleta para casa buscar uma rede de vôlei quando foi atropelado. Ele chegou a ser atendido e ficou internado por nove dias na Santa Casa, quando morreu em decorrência de um traumatismo craniano. Aparentado como motorista que atropelou o rapaz, Gelinski foi encontrado em sua casa pela polícia e levado à delegacia para prestar depoimento. Ele confessou ao delegado que tinha ingerido pinga, versão mudada em juízo. A defesa alega que não foi respeitado o direito da intimidade do domicílio e que as provas colhidas estão "contaminadas".

06 FEV 2018

## FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

### O auxílio-moradia de Dellagnol

O procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF) na Operação Lava Jato, recebe R\$ 6.659,73 de verbas indenizatórias por mês. Esse tipo de benefício, que inclui auxílio-alimentação, auxílio-transporte e auxílio-moradia, não está sujeito ao teto constitucional. Desse valor, R\$ 4.377,73 são de auxílio-moradia. Segundo assessoria do MPF, o procurador possui imóvel próprio em Curitiba, onde mora. A assessoria afirma que o pagamento do benefício está “amparado em uma liminar e em regulamentações internas que não trazem entre as vedações o fato de a pessoa possuir imóvel”. O MPF também diz que “a norma permite o pagamento a todos”. O restante do pagamento é composto por R\$ 884,00 de auxílio-alimentação e R\$ 1.398,00 de auxílio-pré-escola - o MPF paga R\$ 699 por filho de até seis anos para todos os membros e servidores.

### Apartamentos na capital

Dallagnol também chegou a comprar dois apartamentos em um prédio do Minha Casa Minha Vida, programa do Governo Federal de financiamento de imóveis com juros mais baixos. Os imóveis foram comprados à vista, sem financiamento do programa.

Uma reportagem da Folha de S.Paulo revelou que o juiz Sergio Moro também recebe auxílio-moradia apesar de possuir imóvel próprio em Curitiba. Ele afirmou que o benefício “compensa a falta de reajuste dos vencimentos” de magistrados. Segundo a ONG Contas Abertas, desde 2014 já foram empenhados R\$ 5,4 bilhões com o benefício para membros do Judiciário e do Ministério Público em todo o País.

06 FEV 2018

## FOLHA DE LONDRINA

# Cristiane Brasil pede pressa a Cármem Lúcia para julgar posse

Daniel Carvalho

**Brasília** - Impedida de tomar posse como ministra do Trabalho por uma sucessão de decisões judiciais, a deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ) disse nesta segunda-feira (5) que está sendo alvo de um julgamento político e pediu celeridade à presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministra Cármem Lúcia.

A ministra do STF suspendeu temporariamente a posse de Cristiane no dia 22 de janeiro e não voltou a se manifestar até o momento.

"Venho sofrendo uma campanha difamatória que busca impedir minha posse no Ministério do Trabalho. Peço, respeitosamente, à ministra Cármem Lúcia que julgue o mais rápido possível essa questão, baseada na existência de duas ações trabalhistas que tive no passado", disse Cristiane em nota.

Ela disse não ter mais dívidas com a Justiça do Trabalho e afirmou que está sendo julgada politicamente.

"Não devo mais nada à Justiça Trabalhista. Estou sendo julgada política e não juridicamente. Tenho a ficha limpa. Mas, infelizmente, o meu julgamento superou essa esfera. Preciso que o STF decida essa questão, para que eu possa seguir minha vida política", afirmou a deputada.

### NOVAS DENÚNCIAS

O desgaste de Cristiane Brasil aumentou no fim de semana com a divulgação de novas denúncias contra ela. Primeiro, foi divulgado que ela é investigada por suspeita de associação ao tráfico de drogas durante a campanha eleitoral de 2010.

O inquérito foi aberto pela Polícia Civil do Rio em 2010 a partir de uma denúncia anônima, segundo a qual pessoas que trabalhavam para ela teriam pago traficantes de Cavalcanti, bairro da zona norte do Rio, para ter "direito exclusivo" de fazer campanha na região. Depois, reportagem do "Fantástico", da TV Globo, mostrou o áudio de uma reunião comandada por Cristiane Brasil em que ela pressionava servidores da Prefeitura do Rio de Janeiro a buscar votos para sua campanha eleitoral.

### INFORME

#### Cristiane pressiona

Cristiane Brasil insiste em ser ministra do Trabalho e diz em nota que é vítima de campanha de calúnias e injúrias e pede à ministra Carmem Lúcia que coloque o caso no colegiado do STF.

06 FEV 2018

# FOLHA DE LONDRINA

## Moro condena investigados por esquema de desvio na Petrobras

Agência Estado

São Paulo - O juiz federal Sérgio Moro condenou nesta segunda-feira, 5, os ex-gerentes da Petrobras Márcio de Almeida Ferreira e Edison Krummenauer. A denúncia do Ministério Público Federal acusou seis investigados de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa pelo pagamento de R\$ 150 milhões em propinas relacionadas à Área de Gás e Energia da estatal.

O ex-gerente da Petrobras Maurício de Oliveira Guedes foi absolvido por Moro. O juiz levantou todas as medidas cautelares impostas ao executivo. Todos os acusados foram absolvidos do crime de organização criminosa.

Márcio de Almeida Ferreira, ex-gerente de empreendimentos da Petrobras, pegou dez anos e três meses de reclusão por corrupção e lavagem de dinheiro.

Segundo a denúncia, o ex-gerente manteria mais de R\$ 64,2 milhões em contas em nome de uma offshore nas Bahamas e, em 2016, teria tentado lavar esse dinheiro mediante a adesão ao programa de repatriação de ativos previsto na Lei 13.254/16.

Também por corrupção e lavagem de dinheiro, Edison Krummenauer foi condenado a nove anos e quatro meses de reclusão. Moro condenou Luis Mário da Costa Mattoni a oito anos de prisão pelos mesmos

crimes. Como são delatores, vão cumprir as penas fixadas em seus acordos de colaboração premiada.

Ao empresário Paulo Roberto Gomes Fernandes, o juiz impôs 14 anos e três meses de prisão em regime fechado por corrupção e lavagem de dinheiro. Pelos mesmos crimes, o empresário Marivaldo do Rozário Escalfoni pegou a mesma pena. A reportagem não localizou os citados até o fechamento da edição.

06 FEV 2018

## FOLHA DE LONDRINA

# Marco Aurélio dá mais prazo para Aécio se defender em inquérito

Agência Estado

Brasília – O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), aceitou um pedido da defesa do senador Aécio Neves (PS-DB-MG), que solicitou mais prazo para apresentar sua resposta em inquérito que o investiga pelos supostos crimes de corrupção passiva e obstrução da Justiça. Instaurada em maio de 2017, a apuração é embasada na delação do grupo J&F.

“Defiro o pedido formulado, para que seja observado, em relação ao investigado Aécio Neves da Cunha, o prazo em dobro para responder à denúncia, contado da data da notificação”, escreveu Marco Aurélio em sua decisão, assinada na última sexta-feira, 2

No inquérito, ainda são investigados Andrea Neves da Cunha, irmã de Aécio, Frederico Pacheco de Medeiros, primo do senador conhecido como Fred, e Mendherson Souza Lima, que é ex-assessor parlamentar do senador Zezé Perrella (MDB-MG).

Segundo a defesa, a concessão do prazo em dobro era necessária porque trata-se de um caso com quatro investigados, representados por procuradores distintos.

No ano passado, Aécio já buscou suspender o prazo para apresentação de resposta à denúncia oferecida no inquérito pela Procuradoria-Geral da República (PGR), o que foi negado por Marco Aurélio em dezembro.

A PGR acusa o senador, Andrea, Frederico e Mendherson da prática do crime de corrupção passiva, e o parlamentar também de tentar embarçar investigação de infração penal que envolva organização criminosa. Eles negam irregularidades.



06 FEV 2018


## JORNAL DO ÔNIBUS

# Governo lança Documento Nacional de Identidade

O projeto piloto do Documento Nacional de Identidade (DNI) foi lançado ontem (5), no Palácio do Planalto, em cerimônia com a presença do presidente Michel Temer e do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes. O documento será digital e vai reunir diferentes registros civis, como CPF e título de eleitor.

## Governo lança projeto de Documento Nacional

Registro civil, CPF e título de eleitor serão reunidos em uma cédula

 O projeto piloto do Documento Nacional de Identidade (DNI) foi lançado ontem (5), no Palácio do Planalto, em cerimônia com a presença do presidente Michel Temer e do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes. O documento será digital e vai reunir diferentes registros civis, como CPF e título de eleitor.

Servidores do TSE e do Ministério do Planejamento vão participar do projeto e poderão fazer o download do aplicativo em smartphones e tablets. A intenção é que a partir de julho deste ano a iniciativa comece a



O novo documento poderá ser acessado pelo celular

chegar aos cidadãos brasileiros. No futuro, o DNI deve incluir diversos documentos à medida em que sejam firmados convênios com órgãos públi-

cos para a integração da base de informações.

O documento usa as bases de dados de biometria do TSE, do governo federal e do Poder Judici-

ário. Para baixar o aplicativo e ter acesso digital ao documento será preciso ter feito o cadastramento biométrico na Justiça Eleitoral. ●

Agência Br

# 06 FEV 2018

## JORNAL DO ÔNIBUS

### **Auxílio-moradia 1**

O procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF) na Operação Lava Jato, recebe R\$ 6.659,73 de verbas indenizatórias por mês. Esse tipo de benefício, que inclui auxílio-alimentação, auxílio-transporte e auxílio-moradia, não está sujeito ao teto constitucional. Desse valor, R\$ 4.377,73 são de auxílio-moradia. Segundo assessoria do MPF, o procurador possui imóvel próprio em Curitiba, onde mora. O restante do pagamento é composto por R\$ 884,00 de auxílio-alimentação e R\$ 1.398,00 de auxílio-pré-escola —o MPF paga R\$ 699 por filho de até seis anos para todos os membros e servidores.

### **Auxílio-moradia 2**

“Recebo porque meu domicílio e minha residência é em Curitiba e eu vou prestar serviço toda semana em Brasília. (...) Utilizo para minhas despesas, tenho condomínio, tenho despesas de Brasília”. Rubens Bueno (PPS-PR), justificando à Folha de S. Paulo porque mesmo sendo dono de apartamento no Distrito Federal, recebe R\$ 3.083,43 de auxílio-moradia, em dinheiro, sem necessidade de comprovar o gasto.

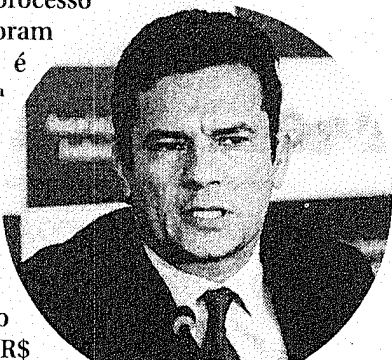
## Moro condena dois ex-gerentes da Petrobras

O juiz federal Sérgio Moro (abaixo), que é o responsável pelos processos da Lava Jato na primeira instância, condenou, nesta segunda-feira (5), dois ex-gerentes da Petrobras Edison Krummner e Márcio Ferreira e absolveu um terceiro ex-gerente da estatal, Maurício Guedes.

Ambos foram condenados por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O processo em que eles foram condenados é derivado da 40ª fase da operação, batizada de "Asfixia", deflagrada em maio de 2017. Essa etapa investigou o pagamento de R\$

29,6 milhões em quatro contratos da Petrobras.

Além dos dois ex-gerentes da estatal, ainda foram condenados por corrupção ativa e lavagem de dinheiro os empresários Marivaldo do Rozário Escalfoni e Paulo Roberto Fernandes; e também o executivo ligado à Andrade Gutierrez Luis Mário da Costa Mattoni. ■



## STF arquiva inquérito contra Romero Jucá

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio determinou ontem o arquivamento de um inquérito aberto em 2004 contra o senador Romero Jucá (MDB). O pedido de arquivamento foi feito pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em função da prescrição da pretensão punitiva.

O inquérito apurava o envolvimento do senador em um suposto esquema de desvios de recursos oriun-

dos de emendas parlamentares para o município de Cantá (RR) em troca de vantagens indevidas, entre 1999 e 2001. Ao solicitar o arquivamento, a PGR afirmou que os dados colhidos durante as investigações foram insuficientes para "colher elementos indicativos ou comprobatórios" da prática de delitos. Para a procuradoria, a prescrição da pretensão punitiva ocorreu em 2017, 16 anos após a data dos supostos crimes. ■

## Cai liminar que impedia exportação de bois vivos



O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) cassou, na noite desse domingo (4), a liminar que impedia a exportação de mais de 25 mil bois vivos para a Turquia. A proibição foi determinada pela 25ª Vara Cível Federal de São Paulo, após uma inspeção técnica ter apontado as péssimas condições em que os animais estavam sendo transportados. A denúncia de que a exportação de carga viva estaria sendo feita com "extremo abuso aos animais" foi feita pelo Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal.

A empresa Minerva Foods era responsável pelos bois, que estavam no navio de bandeira panamenha MV Nada. A decisão de suspender a exportação da carga foi tomada pelo Juiz federal Djalma Moreira Gomes. A liminar estendia a decisão a todos os portos do país e determinava o desembarque e o retorno dos animais ao local de origem. ■

06 FEV 2018

# BEM PARANÁ

## Auxílio-moradia

Dois deputados paranaenses, Rubens Bueno (PPS) e Reinhold Stephanes (PSD), estão entre os 13 parlamentares que recebem R\$ 5,5 mil de auxílio-moradia mesmo possuindo imóveis em Brasília. O levantamento foi feito pelo jornal Folha de S.Paulo em meio à polêmica nacional relacionada ao benefício no Judiciário.



## Imóveis

Bueno, declarou à Justiça Eleitoral em sua última campanha, em 2014, ser proprietário de um apartamento de R\$ 980.891,87 no condomínio Ilha dos Lagos, no Lago Norte, em Brasília. Bueno também declarou quatro outros apartamentos em diferentes cidades do Paraná. Bueno disse à Folha que o fato de se deslocar do Paraná, onde mora, para semanalmente trabalhar em Brasília justifica o recebimento do benefício. "Recebo porque meu domicílio e minha residência é em Curitiba e eu vou prestar serviço toda semana em Brasília. (...) Utilizo para minhas despesas, tenho condomínio, tenho despesas de Brasília.", declarou.

## Cadeira

Stephanes declarou em 2014 ser dono de um imóvel de R\$ 763.668,77 na Asa Norte (SQN 303), em Brasília. Stephanes era suplente da coligação que tinha PSDB, PP e PSC entre os partidos aliados e assumiu cadeira na Câmara em 2016, por conta das nomeações de Valdir Rossoni (PSDB) para a Casa Civil do governo estadual e Ricardo Barros (PP), para o Ministério da Saúde. Procurada, a assessoria de Stephanes não atendeu às ligações. No gabinete, a secretária não soube informar contato alternativo.

## Lava Jato

Além do juiz Sérgio Moro, o procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato, também recebe auxílio-moradia, apesar de ter imóvel próprio em Curitiba. Segundo a Folha de São Paulo, Dallagnol recebe R\$ 4.377,73 mensais de auxílio-moradia. Ele alegou, através de sua assessoria, que o pagamento está "amparado em uma liminar e em regulamentações internas que não trazem entre as vedações o fato de a pessoa possuir imóvel", e que "a norma permite o pagamento a todos".

06 FEV 2018

# GAZETA DO POVO

Associação defende nova gratificação a magistrados do PR por "trabalho extraordinário"

Amapar alega que o adicional de até um terço do salário é um "justo reconhecimento" pelo "trabalho extraordinário" que a categoria exerce "sem receber qualquer compensação"

Futuros beneficiários de duas novas gratificações a serem criadas pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), os magistrados do estado vieram a público defender a futura bonificação. Em nota, a Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) disse que o adicional é um "justo reconhecimento" pelo "trabalho extraordinário" que a categoria exerce "sem receber qualquer compensação". A proposta de criação da gratificação estava na pauta desta segunda-feira (5) do Órgão Especial, mas teve a votação adiada (leia mais abaixo).

A intenção do TJ é remunerar com até um terço a mais do salário os magistrados que acumularem "jurisdição, funções administrativas ou acervo processual". Um juiz de 1.º grau de entrância inicial, por exemplo, que tem remuneração base de R\$ 26.125,15, teria direito a até R\$ 8.708,38 a mais no contracheque, caso acumule mais de uma Vara. O valor pago será proporcional à quantidade de dias trabalhados no mês.

Desde a última sexta-feira (2), a Gazeta do Povo solicita ao TJ acesso à minuta do anteprojeto, acompanhada da justificativa da proposta na qual está presente a estimativa de quanto a medida custará anualmente aos cofres públicos.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO 06 FEV 2018

CONTINUAÇÃO

Esse texto deverá ser encaminhado à Assembleia Legislativa, que terá de votar a matéria em plenário antes de ela virar lei. Até agora, porém, o tribunal não retornou aos pedidos da reportagem.

## Defesa da gratificação

Ao defender a medida, a Amapar disse que a Justiça estadual é responsável por 80% da competência do Judiciário no Brasil. Afirmou ainda que os magistrados do Paraná estão “entre os mais produtivos do país, o que é resultado de muita dedicação para poder enfrentar o imenso volume de trabalho”.

Para justificar a nova gratificação, a entidade defendeu que as justiças Federal, Trabalhista e Militar e TJs de vários outros estados já pagam o benefício há muitos anos, com a devida autorização do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e regulamentação por parte do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

“Até os dias de hoje, os magistrados do Paraná realizam trabalho extraordinário sem receber qualquer compensação. A gratificação proposta pelo Tribunal de Justiça, portanto, representa o justo reconhecimento pelo trabalho adicional realizado pelos magistrados e é de conhecimento público a sobrecarga a que estão sujeitos juízes e desembargadores”, afirmou o presidente da Amapar, Geraldo Dutra de Andrade Neto.

Ele ressaltou ainda que a futura gratificação estará limitada ao teto constitucional do funcionalismo público – hoje em R\$ 33.763. O polêmico auxílio-moradia de R\$ 4.377, por exemplo, fica de fora do cômputo do teto.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

06 FEV 2018

Votação adiada

A sessão administrativa do Órgão Especial que analisaria o anteprojeto nesta segunda-feira durou pouco mais de cinco minutos. Alegando ter tido pouco tempo para apreciar o assunto – sem, no entanto, entrar no mérito da matéria –, o desembargador Luiz Lopes pediu vistas.

Apesar disso, 10 desembargadores optaram por adiantar o voto. Desses, apenas Ruy Cunha Sobrinho votou contra, ao afirmar que, manteria coerência já que não recebe auxílio-alimentação.

Os votos a favor foram assinalados pelos desembargadores Clayton Camargo, Irajá Pigato Ribeiro, Dartagnan Serpa Sá, Ana Lúcia Lourenço, Luiz Keppen, Carlos Arida, José Laurindo de Souza Netto, Lenice Bodstein e Carvílio da Silveira.

No total, o Órgão Especial é composto por 25 desembargadores.

Texto: Euclides Lucas Garcia e Felipe Aníbal